Recurso de uma sentença penal: como trabalha um advogado penal em Braga A leitura de uma sentença não marca necessariamente o fim de um processo-crime. Quando uma das partes considera que o tribunal errou, a lei permite recorrer para um tribunal superior. O recurso é, contudo, um instrumento técnico com regras próprias, e não uma segunda oportunidade para repetir o julgamento. Um advogado penal em Braga começa sempre por perguntar o que, concretamente, correu mal na decisão de primeira instância. Podem recorrer o arguido, o Ministério Público e o assistente, cada um dentro do seu interesse. O arguido condenado pode contestar a decisão de o condenar ou apenas a medida da pena. O assistente pode recorrer de uma absolvição ou de uma pena que considere desajustada, nos termos em que a lei lho permite. Os recursos de decisões dos tribunais da comarca de Braga seguem, em regra, para o Tribunal da **advogado penalista experiente** Relação, que reaprecia a questão com base no que consta do processo. Há dois grandes tipos de questões que podem ser levantadas. Por um lado, a matéria de facto: discute-se se o tribunal deu como provados factos que a prova não sustentava, ou o contrário. Para isso é preciso indicar com precisão os pontos de facto contestados e as passagens concretas da prova gravada que impõem decisão diferente. Por outro lado, a matéria de direito: discute-se se a lei foi bem interpretada e aplicada, se houve nulidades ou se foi usada prova proibida.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

A peça de recurso tem de terminar com conclusões claras, que delimitam aquilo que o tribunal superior vai apreciar. Um recurso mal estruturado pode ser rejeitado ou ver parte das questões ignoradas. Os prazos são curtos e contam a partir da leitura ou do depósito da sentença, o que significa que a decisão de recorrer deve ser tomada logo após o julgamento, com base numa análise rigorosa e não no impulso do momento. Um advogado penal honesto também diz quando não vê fundamento para recorrer. Na QUOR Advogados, os recursos são uma das áreas de foco do Dr. David Silva, que acompanha julgamentos no Tribunal Judicial de Braga e trabalha a legalidade da prova e o contraditório. Esse acompanhamento desde a primeira instância facilita a identificação de erros que justifiquem recurso. Quando o processo foi acompanhado por outro advogado, o caso é estudado de raiz, com a transcrição da prova e a sentença em mão. Se recebeu uma sentença e quer saber se há fundamento para recorrer, marque uma consulta inicial de 70€, presencial na Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Contacte o +351 939 709 888 o mais cedo possível, tendo em conta que os prazos não esperam.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.